



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto Multidisciplinar

Departamento de História e Economia

Curso de História

Tabuleiro de Damas para um Jogo de Xadrez: Emancipação de Duque de Caxias vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura.

Adriana Branco Correia Souto

Nova Iguaçu

2014



Adriana Branco Correia Souto

**Tabuleiro de Damas para um Jogo de Xadrez: Emancipação de Duque de Caxias
vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura.**

Monografia apresentada como parte dos
pré-requisitos para obtenção da
licenciatura em História, pela
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro - Instituto Multidisciplinar.

Orientadora: Prof. Dra. Lúcia Silva

Nova Iguaçu

2014



Adriana Branco Correia Souto

**Tabuleiro de Damas para um Jogo de Xadrez: Emancipação de Duque de Caxias
vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura.**

Monografia apresentada como parte dos
pré-requisitos para obtenção da
licenciatura em História, pela
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro-Instituto Multidisciplinar.

Nova Iguaçu, 21 de fevereiro de 2014.

Presidente: Prof. Dra. Lucia Silva

Prof Dr Jean Sales

Prof Ms Samuel Maia

Nova Iguaçu

**“Ao meu marido, um lugar tranquilo de descanso e encorajamento, que me
faz pensar que tudo é possível com a força de seu amor...”**

Agradecimentos

Agradeço a UFRRJ na figura de seus técnicos administrativos e coordenadores de curso (Jean Rodrigues e Mônica Ribeiro) durante meu período de graduação. Sempre pude contar com o auxílio e cooperação de todos vocês principalmente professor Jean presente na coordenação quando da minha chegada a Universidade.

Agradeço aos professores do curso de Licenciatura em História do Instituto Multidisciplinar, na luta por um espaço que melhor comportasse a apreensão do conhecimento muitas vezes oferecido após horas de cansaço devido a um transito difícil, que todos os dias complica o acesso a esse recanto do estado.

Agradeço a minha orientadora Professora Lucia Helena, seu conhecimento acadêmico e inteligência não seriam de tanta valia sem sua sensibilidade em ler, considerar, estimular e aceitar as pessoas. Obrigada por me mostrar como abrir novos campos de perspectiva a partir da História e como ela pode ser importante não somente para entender os caminhos longínquos de nossa sociedade como também contribuir com seu avanço em direção a um futuro melhor “planejado”.

Aos meus amigos (Paulo Sérgio, Jane e Ana Maria) “ Em todo tempo ama o amigo e na angústia nasce um irmão”, vocês são os irmãos que a vida me negou mas Deus mesmo assim me concedeu.

A minha parentela raiz de todos os bons e maus momentos de nossa vida.

A meus filhos (Gabriel e Ana Gabriele) me tornar exemplo de força, vontade e alegria de viver é meu objetivo desde que recebi vocês dois como presente.

A meu marido como sempre digo metade desta graduação é sua.

Ao meu Amado Deus pela oportunidade de realizar um sonho já na maturidade.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar como foi vista a emancipação de Duque de Caxias pela sua, então sede, Nova Iguaçu. Como suporte para análise será utilizado o periódico Correio da Lavoura.

O processo de emancipação de Caxias (30/43) em relação a Nova Iguaçu ocorreu em um período em que a citricultura estava em seu momento áureo, a realidade rural e os grandes benefícios advindos da lavoura de laranjas eram com uma ocupação urbana desordenada que acontecia em Caxias, que se transformaria em distrito e mais tarde em município.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I.....	4
1.1 O Comandante e o estado do Rio de Janeiro.....	7
1.2 Economia Estadual.....	10
Capítulo II.....	13
2.1 Sociedade iguaçuana.....	15
Capítulo III.....	21
3.1 O Periódico Correio de Lavoura de Nova Iguaçu.....	25
3.2 O Correio e a Merity.....	27
3.3 O Correio e a emancipação de Caxias.....	28
Conclusão.....	30
Bibliografia.....	32

Introdução

“E o fato de fazer parte de um mesmo “espaço” que permite o surgimento de uma aliança de “lugares” em busca de um “território” comum.”
Manoel Simões, Cidade estilhada, p 31.

Conforme nos chama atenção Manoel Simões, “o município é o *locus da manifestação do poder local*” (2007, p.15) e o desejo de controle sobre este espaço, que legalmente esta sob o domínio de um governo central mais, efetivamente, esta nas mãos de uma elite local, é a raiz de infinitos conflitos.

A Emancipação nada mais é que ter sua sede elevada à categoria de cidade, o que significa imediata montagem de um aparato administrativo que dê conta da organização desta mesma cidade que passa a receber e, mais importante, gerenciar e aplicar seus próprios recursos, bem como pleitear novos frente ao governo central.

No período tratado neste trabalho, 1930 a 1945, o ideário do governo federal assentava-se na centralização de poder e no intervencionismo com “*uma reorientação das estratégias, a criação de uma nova racionalidade, na qual o Estado assume a função de matriz genética*”¹. É dentro dessa ‘reorientação’ que se dá o jogo político dos grupos locais para se manifestarem na administração municipal.

Ferreira (2012) ao fazer referência a esse momento quando diz:

“Na baixada fluminense o tratamento político não foi diferente e ao assumir a interventoria Amaral Peixoto manteve o prefeito eleito em 1936, Ricardo Xavier da Silveira, no cargo. Mas isto não tornou a vida do interventor mais fácil no distrito de Caxias, pois o principal articulador político do local, Tenório Cavalcanti, foi desde o início da revolução um ferrenho opositor ao regime varguista. Uma das estratégias de Amaral era evitar o confronto, não entrar em choque com as lideranças locais, atraí-las para o lado governista oferecendo cargos na administração pública. Mas em Caxias as nomeações não foram capazes de assegurar a paz institucional ao local, pois o “dono da Lurdinha” não aceitava os “estrangeiros”, políticos vindos de fora de Caxias. As indicações de “estrangeiros” custaram caro ao Comandante.”²

Boa parte da bibliografia que trata da Baixada Fluminense em algum momento faz menção as emancipações, pois foram estas que deram a forma administrativa atual ao território. Aqui referencialmente nos utilizamos desta literatura quase em sua totalidade, apesar de não ter como objeto a emancipação de Duque de Caxias, e sim

¹ Linhares e Silva, 1979, p. 79.

² Ferreira, 2012, p.31.

identificar como foi vista por Nova Iguaçu o nascimento dessa nova cidade a partir de periódico.

Para organizar e orientar este trabalho foram utilizados livros, monografias de conclusão de curso, dissertações e teses que tiveram como objeto a Baixada Fluminense, além da historiografia que trata deste período tão estudado da história nacional, o Estado Novo.

A história da emancipação será feita em três capítulos. No primeiro capítulo o objetivo será fazer um panorama político e econômico do Estado do Rio de Janeiro no intercurso dos anos de 1930 a 1945, para isso serão analisadas a economia e a política fluminense como pano de fundo para dimensionar o processo de emancipação. As principais fontes para compor este cenário foram as obras de Maria Celina Soares Araújo, “*O Estado Novo*” que traz uma análise do Estado do Rio de Janeiro a partir do Golpe; Silvia Regina Pantoja Serra de Castro, “*As raízes do pessedismo fluminense*” que traça a origem política do Interventor; Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, “*A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930 faz um panorama do contexto político anterior a Revolução de 1930*. Dulce Pandolfi. (orgs.) “*Repensando o Estado Novo*” traz artigos sobre o período do Estado Novo e Aspásia Camargo, Maria Celina Soares D’Araújo, Lúcia Hippolito, Dora Rocha Flaksmam são organizadoras do livro “*Artes na Política: diálogo com Amaral Peixoto*”, nesta obra orienta uma biografia do “Comandante” a partir de entrevistas realizadas com o próprio.

No segundo capítulo serão descritas a economia e a sociedade iguaçuana. Para isto foram utilizadas como fonte primária os Livros das Atas de Reunião da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu do ano de 1924, estes livros são registros das reuniões realizadas na Câmara. Para compor este capítulo foram lidas a tese de Manoel Ricardo Simões “*A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*” que versa sobre o conjunto de emancipações realizadas na Baixada Fluminense nos anos 90, e as dissertações de Adrianno Oliveira Rodrigues “*De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90’s): economia e território em processo*” que teve o objetivo de trabalhar a transformação do espaço que atualmente denomina-se Nova Iguaçu e MarluCIA Santos de Souza “*Escavando o Passado da Cidade: Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)*” tratando da conformação da cidade de Duque de Caxias; além da a monografia de Leandro Ferreira “*Próxima parada, Caxias*” que buscou analisar o evento relacionado à mudança da placa da

estação (de Merity para Caxias) como início do processo de emancipação. Os livro de Waldick Pereira “*Cana, Café e Laranja*” que descreve os processo econômicos pelos quais passou o Recôncavo Guanabará, e finalmente Maria Therezinha de Segadas Soares “*Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*” nos revela como Nova Iguaçu sempre girou em torno das demandas sociais da cidade do Rio de Janeiro, esta publicada na Revista Brasileira de Geografia

No terceiro capítulo foi utilizado como fonte o Periódico Correio da Lavoura, jornal publicado na cidade de Nova Iguaçu, onde uma extensiva pesquisa abarcou a leitura do jornal do ano de sua fundação em 1917 até o ano de 1944, revelando inicialmente como eram veiculados os problemas políticos locais e servindo de suporte ao questionamento principal deste trabalho: como o grande e antigo município de Iguaçu experimentou socialmente a perda de Duque de Caxias.

Para montar o tabuleiro do jogo (processo) político que potencializou a emancipação da grande localidade “Merity do pavor” transmutada em Duque de Caxias, é necessário conhecer as articulações políticas locais e estaduais juntamente com as demandas sociais e econômicas da conjuntura do Estado Novo na Baixada. Com o objeto complexo, a opção foi de apenas conhecer como através da imprensa local o processo de emancipação foi lido em Nova Iguaçu.

CAPITULO I

A organização político administrativa do Rio de Janeiro (1930-1945).

O objetivo deste capítulo é esboçar um panorama político e econômico a respeito da situação em que se encontrava o Estado do Rio de Janeiro no intercurso dos anos de 1930 a 1945. Serão analisadas a economia e a política fluminense como pano de fundo para tentarmos compreender o processo de emancipação de Duque de Caxias.

O estado do Rio de Janeiro nesse período estava muito próximo da capital federal republicana, na cidade homônima. Neste momento o principal condutor das articulações políticas ainda era a Política dos Governadores em vigor desde 1898. Na realidade o que esta política representava era a possibilidade de governabilidade, uma vez que o governo federal deveria acatar as decisões dos partidos que mantinham o poder em cada Estado, e estes se comprometiam em eleger as suas bancadas no Congresso totalmente solidárias ao presidente da República. Todos os governadores eram indicados pelo poder central, e em suas mãos estavam todos os deputados. O uso dessa estratégia baseada no federalismo estava desgastada abalando a dinâmica de organização do estado. Bom exemplo disto foram as eleições de 1922 realizadas em meio a grandes discussões e muita resistência. A despeito dos conflitos e corroborando com o desejo do grupo dominante, Artur Bernardes foi eleito. Apesar de levada a efeito a eleição ela não foi digerida *“diferentemente dos pleitos anteriores, porém, não houve uma aceitação dos resultados eleitorais pela oposição.”*³

Naquele momento o principal problema advinha da candidatura de Nilo Peçanha, na administração do estado do Rio de Janeiro pela segunda vez e apoiado pelas oligarquias fluminenses, pernambucana, baiana e gaúcha que contrastava com os desejos das oligarquias dominantes (Minas/São Paulo) em galgar mais uma vez a presidência da República. No entanto, ao perder a disputa com Bernardes, Peçanha vê, após a posse do novo presidente, suas forças serem exauridas pela intervenção federal no estado. *“Como alijamento dos nilistas, a nova situação conseguiu diminuir o nível dos conflitos internos, a possibilidade de uma maior estabilidade política estava sem dúvida ligada ao mais estreito alinhamento do estado do Rio com o governo federal.”*⁴

³ Ferreira e Pinto, 2003, p. 7.

⁴ Ferreira, 1994, p.30.

Nesta discordância em relação a presidência, as chamadas oligarquias dissidentes, formadas pelos proprietários de terras pertencentes aos estados chamados de segunda grandeza⁵ como Rio de Janeiro, Pernambuco, dentre outros, não faziam partes do grupo dominante representado por Artur Bernardes, aproximaram-se dos militares. Transformando mais uma vez o estado em palco de conflitos e disputas de poder entre as várias frações do grupo dominante.

Uma vez certos da legitimidade de seu movimento de contestação do regime, os militares protagonizaram alguns eventos que logo seriam reprimidos pelo governo como Levante do Dezoito do Forte e a Coluna Preste. Sobre esses eventos, Ferreira (2003) conclui: *“A despeito das diferenças entre as correntes enunciadas sobre o tenentismo, os autores identificados com cada uma delas concordam quanto ao importante papel representado pelo movimento no processo de erosão do sistema político vigente.”*⁶ Tendo sufocado esses levantes o governo do país pareceu retornar às mãos das grandes oligarquias, o “pacto” estaria refeito. As eleições de 1926 elegeram Washington Luís, governador do Estado de São Paulo de forma tranquila e corroboraram com o pensamento de que a governabilidade estava novamente garantida. Mas a breve e ilusória calmaria traria consigo uma tempestade, a Revolução de 1930.

O paulista Washington Luís deveria manter o pacto indicando como sucessor um mineiro, mas isso não aconteceu porque ele indicou outro paulista, Júlio Prestes, houve então descontentamento entre a oligarquia mineira. A lacuna recém-aberta entre São Paulo e Minas Gerais logo foi preenchida pela Aliança Liberal formada pelos representantes dos estados de Minas, Rio Grande do Sul, Paraíba além de militares e políticos de outros estados. E foram eles que decidiram lançar outro candidato a sucessão presidencial, o governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. A esses fatos aliou-se a crise mundial de 1929 que afetou as importações do ouro negro brasileiro e economicamente de seu principal produtor (São Paulo), além de deixar a indústria, tanto do Rio de Janeiro quanto a de São Paulo sem condições de saldar seus

⁵ Assim Como Pernambuco e Bahia, o estado do Rio de Janeiro havia ocupado uma posição-chave na sustentação do Estado imperial, mas, com a proclamação da República e o agravamento da crise econômica, fora relegado a papel secundário. No federalismo implantado com a Constituição de 1891, os três estados ocupavam, portanto, posições equivalentes, tendo sua autonomia no campo político grandemente limitada e seus interesses econômico-financeiros subordinados aos estados dominantes, Minas Gerais e São Paulo. O Rio Grande do Sul, por seu lado, embora desfrutasse de uma posição privilegiada, ressentia-se igualmente da dominação mineiro-paulista, tendo inúmeras vezes seus interesses prejudicados. Ferreira, 1994, p. 23.

⁶ Ferreira e Pinto, 2003, p. 10.

débitos e, portanto sendo obrigados a fechar as portas e demitir milhares de pessoas. Criando um ambiente de crise social.

Realizadas as eleições em março de 1930 a Aliança Liberal de Vargas foi derrotada e a insatisfação se instalou entre as oligarquias e os tenentes. Segundo Ferreira, “...setores da Aliança Liberal, não conformados com a derrota, buscaram uma aproximação com lideranças do movimento tenentista que, embora derrotadas, continuavam sendo uma força importante por sua experiência militar e seu prestígio.”⁷

Em 3 de outubro de 1930 os revolucionários, políticos que formavam a Aliança Liberal e militares, iniciaram os movimentos em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul que logo se irradiariam pelo nordeste. No dia 24 de outubro chegava ao Rio de Janeiro e culminaria com os generais Tasso Fragoso, Leite de Castro, Mena Barreto e seu primo o almirante Isaías Noronha depondo o então presidente Washington Luís, estabelecendo a Junta Provisória de Governo. Mais adiante foi essa junta quem deu posse a Getúlio Vargas como presidente.

Uma vez a frente do Governo Provisório da Nação Vargas fechou o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e municipais, depondo os governadores e revogando a Constituição de 1891. Dessa forma o novo presidente passou a governar por decretos lei. Os estados passariam a ser governados por interventores indicados pelo presidente. Através da Assembleia Constituinte de 1934, Vargas foi eleito indiretamente assim como os respectivos governadores, mas poucos interventores conseguiram se eleger mantendo a liderança dos estados.

Durante todo esse período pairou a instabilidade política. Finalmente como resultado de um jogo de inúmeras articulações, em 10 de novembro de 1937, Vargas coordenou um golpe que fez dele um líder nacional e novamente responsável diretamente pela nomeação dos interventores estaduais que substituíram os governadores, iniciando assim o Estado Novo. “Após federalizar as milícias estaduais, Vargas dá um golpe de estado, dissolvendo o congresso e outorgando uma nova Constituição”.⁸

A criação das interventorias indicou a direção na qual a política nacional estava caminhando: centralização de poder e intervencionismo.⁹ E foi exatamente esse contexto que operou mudanças na relação política entre os grupos locais e o Estado.

⁷ Ibidem, p. 11.

⁸ Araujo, 2000,p.65.

⁹ Diniz, 1999, p.25 em Repensando o Estado Novo.

Submetendo os executivos estaduais ao governo central, através da presença da figura do interventor, o governo federal aprofundou e diversificou as formas de interferência no desenvolvimento socioeconômico do país.

“Essa reforma resultou de um conjunto de medidas voltadas para a desarticulação do Estado oligárquico, como a introdução da estabilidade para os funcionários públicos, a instituição do concurso público para o ingresso no funcionalismo de carreira, em 1934, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), em 1938, a elaboração do estatuto dos funcionários públicos, em 1939...”. “O autoritarismo foi o custo político dessa modalidade de modernização.”¹⁰

É dentro desta política de interventorias que podemos focalizar o Estado do Rio de Janeiro e o seu administrador durante o período de 1937 a 1945 ou como a historiografia faz referência ele: o comandante

1.1 O Comandante e o estado do Rio de Janeiro

*“Quando fui nomeado interventor no estado do Rio eu era capitão-tenente. Na Marinha o capitão-tenente é chamado de tenente, mas para o civil é comandante. E é por isso que no estado do Rio sou até hoje o comandante Amaral Peixoto.”*¹¹

Ernani do Amaral Peixoto sempre teve contato com a política. Como filho de um médico apaixonado pelo assunto com muitos amigos senadores e deputados, a casa onde vivia com seus pais sempre esteve repleta deles e a política era constante no lar. Moravam no Rio de Janeiro na casa do avô materno, monarquista ferrenho e ex-secretário da fazenda do visconde de Uruguai e do barão de Cotejipe, no período imperial.¹² Desde os treze anos acompanhava a vida política, inclusive a de Rui Barbosa em sua campanha a presidência em 1919. Influenciado por seu irmão Augusto segue a carreira militar. Seu primeiro contato direto com os movimentos revolucionários militares foi em 1924. *“Nós formamos um comitê revolucionário para apoiar o comandante Protógenes, preparamos até o levante dentro da Escola, mas o comandante foi preso antes de poder sublevar a antiga Aviação Naval, que estava sob seu comando.”*¹³ . Pelo seu envolvimento não chegou a arcar diretamente com nenhuma represália, mas viu seu irmão, ligado diretamente ao movimento ser exilado no Uruguai. Na Europa em 1932 tem notícias da Revolução em São Paulo e retorna ao Brasil para

¹⁰ Diniz, 1999, p. 26 em Repensando o Estado Novo.

¹¹ Camargo; Araújo; Hippolito e outros, 1986, p.39.

¹² Ibidem, p.29.

¹³ Ibidem, p.50.

lutar na frente de Parati-Cunha e impedir o acesso dos paulistas ao litoral. Indicado pelo almirante Protógenes assume uma das quatro vagas de ajudante de ordens do então presidente Getúlio Vargas, cargo que apesar de ter uma proximidade com inúmeros políticos, militares de alto escalão bem como autoridades em geral, só lhe permitia acompanhar o presidente e representá-lo em cerimônias de importância pequena a mediana. Em 1937 começa a ser preparado pelo irmão, já deputado influente e um grupo de amigos, para ser candidato nas eleições de 1938. Mas acaba sendo nomeado interventor para substituir o governador Protógenes em novembro de 1937.

Cinco interventores haviam sido nomeados desde 1930, para dirigir o Estado do Rio de Janeiro: Cel. Demócrito Barbosa permaneceu cinco dias no cargo, (24/10/1930 a 29/10/1930); Plínio de Castro Casado sete meses e um dia (29/10/1930 a 30/05/1931); Gal. João de Deus Mena Barreto, cinco meses e cinco dias (30/05/1931 a 04/11/1931); Tem. Cel. Pantaleão da Silva Pessoa, um mês e doze dias (04/11/1931 a 16/12/1931); Ten. Ari Parreiras, três anos, dez meses e vinte e três dias (16/12/1931 a 08/11/1935).¹⁴

Nesse período os conflitos de interesses entre as oligarquias locais, principalmente do interior e do Recôncavo da Guanabara, com o representante do governo federal, neste caso o interventor, tornaram o governo fluminense instável. Era necessário que se criasse uma estrutura para equalizar este problema, com nos esclarece Sylvia Pantoja de Castro:

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que estabelecia os contatos necessários para a montagem de sua máquina, dava início a uma arrumação cuidadosa da administração estadual com base num modelo corporativista de ordenamento das relações econômico-sociais. Para tanto, contou com a colaboração de fiéis seguidores nomeados para postos estratégicos nos diferentes órgãos administrativos, os quais, com o fechamento da Assembléia, passaram a funcionar como decisões políticas.¹⁵

A instabilidade advinda dessas disputas fez do Rio de Janeiro um desafio a ser administrado pelo governo federal devido a proximidade da capital federal. Amaral Peixoto foi indicado por Macedo Soares para cumprir um chamado “mandato tampão”, uma vez que o objetivo real de Macedo era ele mesmo assumir o estado.

“O objetivo era me nomear para um mandato-tampão, para depois entrar o José Eduardo de Macedo Soares. O José Eduardo sabia perfeitamente que eu tinha todas as chances de ser eleito deputado e até me ajudava muito através do seu jornal. Até lhe dou razão para ter ficado com raiva de mim depois. Prepararam tudo para ele, e quem acabou governando o estado fui eu.”¹⁶

¹⁴ Castro, 1992, p.3.

¹⁵ Ibidem, p.16.

¹⁶ Camargo; Araújo; Hippolito e outros, 1986, p.539.

Quando isso não ocorreu, pois foi confirmado no cargo por Vargas, cerca de um ano após assumir a interventoria estadual, Amaral rompe com os macedistas. Diante desse cenário e com a urgência de organizar a estrutura administrativo-econômica-social do estado o comandante iniciaria sua administração viajando pelo estado do Rio de Janeiro com a intenção de conhecer as lideranças locais e tentar formular um plano administrativo. Como líder estadual que gozava de relativa autonomia, lançaria mão de vários recursos dentre eles, o recém-criado Departamento das Municipalidades, aceitando indicações para as prefeituras e nomeando grandes proprietários de terras para cargos relevantes, como foi o caso de Rubens Farrula, fazendeiro em Nova Iguaçu nomeado para secretaria de Agricultura, mesmo sendo médico. Assim, ele começou a enfrentar o grande problema do estado criando um ambiente onde fosse possível a governança.

Contando com sua proximidade política do governo central, primeiro devido a ter exercido o posto de ajudante-de-ordens no gabinete de Getúlio depois pelos laços do matrimônio com Alzira Vargas em 1939, o Comandante começaria então a ordenar a casa.

Fazendo uso do instrumento chamado Departamento de Municipalidades, Amaral Peixoto procura organizar de perto os municípios e seus prefeitos, que eram escolhidos ou indicados, mas sempre analisados pelo próprio interventor em visitas que este insistia em fazer e receber. Este departamento fez parte do decreto 293 baixado em dezembro de 1937 e reformulava a Lei Orgânica do Município bem como o próprio Departamento de Municipalidade. Juntos representavam uma forte arma de regulamentação, organização e principalmente de controle sobre a ação do prefeito, tendo em vista que substituía a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa.

“Entre outras providências, este decreto regulava a competência dos municípios, fixava as atribuições dos prefeitos, que voltaram a ser de livre nomeação do chefe do governo do estado, e estipulava que as obras de serviços públicos municipais só poderiam ser executadas mediante concorrência pública.”¹⁷

Durante o Estado Novo toda a sua reorganização política-administrativa-interversionista fluminense centrava-se no interventor-governador, fazendo com que todas as lideranças locais do Estado do Rio de Janeiro girassem em torno de Amaral, subjugando a ele todas as decisões relacionadas aos municípios, desde a escolha dos

¹⁷ Castro, 1992, p.17.

componentes dos cargos públicos até a administração de seus recursos financeiros e instituições sociais.

Desta forma, no contexto político apresentado, a Baixada Fluminense passaria a ser observada e conhecida pelo interventor devido a força de suas lideranças locais. Lideranças essas organizadas a partir de duas origens: uma composta de grandes proprietários de terras ligados as elites rurais e a frente da administrações local há muito tempo, e a outra de pessoas não relacionadas à terra, que simplesmente encontraram na lacuna criada pelo distanciamento do governo estadual com o governo local uma oportunidade de ascensão, principalmente pelas necessidades geradas pelo crescimento populacional da região.

1.2 Economia Estadual

As dificuldades de adaptação do Rio de Janeiro ao trabalho assalariado, a queda nos preços do principal produto produzido no estado para o mercado internacional, fragilizaram a economia estadual e a produção cafeeira. Várias medidas foram tomadas com objetivo de tentar contornar o problema, tais como novas técnicas de beneficiamento do produto, abertura de Estradas de Ferro para escoá-lo, empréstimos bancários a baixos juros, mas ainda assim a crise econômica se aprofundava.

Aliado ao café, o açúcar foi importante produto fluminense desde as primeiras formas de exploração do território brasileiro pelos portugueses. Rodrigues (2006) informa que “... foi o açúcar do recôncavo que ergueu a economia do Rio de Janeiro e deu impulso ao desenvolvimento da cidade. O açúcar também estimulou o crescimento demográfico com o aumento da entrada de africanos para as lavouras.”¹⁸.

No norte da província do Rio de Janeiro o açúcar havia tornado Campos de Goitacás grande produtor e responsável pelo desenvolvimento de uma aristocracia¹⁹ que pelos mesmos motivos citados acima sentiram os impactos da crise recebendo do governo central auxílio oficial através da isenção de taxas de importação de maquinário. Apesar da ajuda estes recursos não foram suficientes para solucionar os problemas da economia fluminense.

¹⁸ Rodrigues, 2006, p.27.

¹⁹ Ferreira, 1994, p. 37.

Novas formas foram buscadas para tentar reanimar a economia do agora Estado do Rio de Janeiro e como opção foi adotada o incentivo à policultura. Apesar do investimento na diversificação da produção do estado, a tendência ao plantio do café e da cana de açúcar foi retornada, incentivada pela nova alta dos preços no mercado internacional após o fim da Primeira Guerra Mundial. Desta forma novos cafezais produziram em um espaço de 10 anos (1920/1928) quase 10.000 toneladas. No setor canavieiro a situação se agravou com o fechamento do mercado internacional e os pequenos engenhos e propriedades foram sendo absorvidos pelos grandes proprietários, favorecendo a concentração fundiária no norte do estado.

A economia ainda sofria com os reflexos das recentes crises, principalmente a Depressão de 1929. A cafeicultura, ainda que naquele momento já estivesse afetada pela queda de produção gerada pelas crises internas e a suplantação de sua produção, em quantidade e qualidade, pelo estado de São Paulo, não conseguiu amortecer os impactos externos em 29. Os outros setores também são afetados, como a agroindústria açucareira. *“Se em 1931 o café era o produto que maior renda auferia ao Estado do Rio - representava 37% do valor da produção agrícola estadual -, a partir de 1934 deixou de ser o principal item da pauta de arrecadação, suplantado pela laranja.”*²⁰

A base da economia fluminense era agroexportadora e, portanto tinha como sua maior representante uma elite rural, que poderia oferecer resistência às grandes transformações na economia estadual preconizadas pelo interventor. Pensando nisto Amaral Peixoto procurou investir em uma espécie de modernização, favorecendo o aprimoramento das técnicas agrícolas, a criação de cooperativas, a organização da produção e comercialização da produção e isenções fiscais aos itens com maior expressão na economia fluminense, a laranja, o sal e a farinha de mandioca. Outra forma utilizada pelo Comandante foram os empréstimos subsidiados aos setores produtivos principalmente no norte fluminense até 1942 com vista ao açúcar.

A necessidade de um impulso econômico era feita com que além do investimento no setor agrário, também fosse investido na malha rodoviária. Com a criação da Comissão Estadual de Estradas e Rodagem, em 27 de janeiro de 1939, tendo a direção do engenheiro Francisco Saturnino Braga, a missão de desenvolver um plano rodoviário para o Estado do Rio de Janeiro que passaria a ser executado. Após sua elaboração e conseguinte aprovação pela Comissão de Negócios Estaduais, órgão da administração

²⁰ Castro, 1992, p.13.

federal responsável pela liberação de verbas para os estados, seu plano é posto em prática. A esse respeito Castro faz uma descrição:

“Com a execução do plano, a rede rodoviária ficou constituída por cinco troncos que ligavam os principais centros de consumo - Niterói e Rio de Janeiro - ao interior:

- 1) A Rodovia Ernani do Amaral Peixoto – coletora da Baixada, ligando Niterói a Campos .
- 2) Tronco Norte Fluminense - depois de galgar a Serra do Mar em N. Friburgo, drena o Vale do Paraíba até são Fidélis e continua para o norte do estado, alcançando Itaperuna.
- 3) A Rio Petrópolis (União-Indústria) - capta a produção do centro do Estado do Rio.
- 4) A Rio-São Paulo incumbida de ser o principal escoadouro da região sul fluminense .
- 5) A quinta e última estrada tronco, denominada "Tronco Vale do Paraíba", que tinha incluída no plano rodoviário nacional, destinando- se a facilitar o intercambio entre os estados de São Paulo e Minas Gerais através do território fluminense, e também a ligar o grande centro siderúrgico de Volta Redonda com as mais importantes redes rodoviárias do país .”²¹

Dentro deste conjunto de medidas também foram construídas, remodeladas e reformadas estradas nos municípios que eram ligadas as vias estaduais. A eletrificação também fez parte dos investimentos em infraestrutura que visavam a melhoria da situação econômica do estado. Em 1939 foi fundada a Comissão da Hidrelétrica de Campos que ficou responsável pela fiscalização das obras da construção da central hidrelétrica de Macabu. A essa altura o discurso que envolvia essa obra era a da independência econômica do norte fluminense via industrialização. *“No plano da economia, a principal mudança foi o deslocamento do seu eixo do pólo agroexportador para o pólo urbano-industrial.”*²²

Segundo Castro, desde 1890 já havia um conjunto de propostas feitas pela elite agrária em torno de um projeto de diversificação da produção agrícola fluminense. Voltar-se-iam então as atenções para as áreas mal aproveitadas do estado, entre elas estavam a Baixada Guanabarina. Com a intenção de utilizar estes locais insalubres, pantanosos e focos de inúmeras doenças, criar-se-ia a Comissão de Saneamento da Baixada em 1933, mas os trabalhos só começariam efetivamente em 1936, com o objetivo de diversificação da produção para o abastecimento do Distrito Federal.

É dentro deste contexto que trabalharemos a relação do interventor com o Recôncavo da Guanabara, principalmente com Vila Merity que mais tarde se transformaria em Caxias e se emanciparia de Iguassu.

²¹ Castro, 1992, p. 60.

²² Diniz, 1999, p. 25 em Repensando o Estado Novo.

CAPITULO II

Economia e sociedade iguaçuana.

O Recôncavo da Guanabara foi ocupado desde os tempos mais remotos, a começar pelos indígenas, passando pela doação de sesmarias, até ser constituído como termo da cidade do Rio de Janeiro. A região foi definida por um longo período como um lugar inóspito para a concentração humana. Dentre os fatores que contribuíam para este quadro está a sua geografia com as suas terras baixas de difícil escoamento das águas das chuvas, propícias a permanecer boa parte do ano alagadas e de solo pantanoso. Conforme nos diz Segadas Soares:

“A topografia suave e quase plana constitui hoje uma vantagem, facilitando a expansão urbana, porém, a ela se liga um elemento negativo que, por muito tempo, dificultou ou mesmo impediu a dilatação do espaço urbano nessa direção: o pântano. A drenagem insuficiente tornava pantanosas quase tôdas as planícies, dificultando a sua ocupação”.²³

Porém esta situação nunca foi impedimento para que a terra fosse habitada, pois ao longo dos morros corria uma faixa de terra seca, apta a ser utilizada como um caminho de ligação entre o recôncavo e a cidade do Rio, bem como um conjunto fluvial que fornecia um bom recurso para desviar-se dos pântanos. Dessa forma esse território sempre esteve ligado a capital, seja como terras para plantio, cinturão verde, como recurso natural, a exemplo de extração de madeira, ou fontes de água, seja como estoque do mercado imobiliário através de moradias para aqueles que não podiam pagar nas áreas com equipamentos urbanos, processo esse ocorrido desde o início do século XX. A Baixada sempre esteve na órbita de interesse da cidade do Rio de Janeiro.

A inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II transformou definitivamente a estrutura urbana do recôncavo atraindo, com o passar dos anos, para seu entorno todas as atividades antes exercidas ao longo dos portos. No final do século XIX, a região não logrou destaque na produção e teve seu desenvolvimento ligado ao fato de ser um ‘lugar de passagem’, facilitador para que as mercadorias vindas do Vale do Paraíba chegassem a Baía de Guanabara.

Os rios foram os primeiros responsáveis pelo escoamento de mercadorias produzidas tanto na Baixada como no entorno, mas a ocupação desordenada e

²³ Segadas, 1962, p. 6.

desmatamento das margens, dentre outros fatores provocaram o assoreamento dos rios e conseqüentemente dificultaram a sua utilização como meio de acesso a Baía.

Sendo assim antiga vila de Iguassú agora em decadência deixava de ser a sede do município. O local havia conhecido momentos de prosperidade pela produção de cana-de-açúcar, pelo café e também servindo como entreposto comercial, mas esse quadro agora era passado. A inauguração da estrada de ferro encerra o tempo das águas e um pequeno povoado recebe uma estação da Ferrovia Central do Brasil. Maxambomba era o nome do lugar que seria rebatizado em 1916 de NOVA IGUASSU e foi com esse nome que a cidade veria florescer os anos dourados de sua nova/velha realidade rural: os pomares de laranja.

Conforme observamos, as terras do Recôncavo da Guanabara sempre foram de alguma forma exploradas e como espaço próximo da cidade do Rio não poderia ser diferente, mas a partir do fim do cultivo do café outras formas de utilização do espaço passariam a ser engendradas mantendo contudo as suas origens rurais, dando início a um novo ciclo: o da laranja.

Apesar de criar um ambiente mais favorável ao escoamento da produção do interior do Estado, a estrada de ferro C. do Brasil, que poderia possibilitar a ocupação das áreas da Baixada, esbarrou em um antigo problema: a insalubridade.

A partir da década de 1870, investimentos foram realizados pelos governos estaduais visando o dessecamento da Baixada no Rio de Janeiro. Contudo não produziram resultados suficientes para sanar o problema, várias comissões foram criadas e extintas. Foi com o Interventor Federal Amaral Peixoto que a dificuldade foi sobrepujada e a ocupação passou a se possível.

As antigas fazendas de café abandonadas na região foram parceladas e reutilizadas para o plantio da laranja e assim foram geradas as condições propícias a transformação definitiva da realidade iguaçuana, este seria seu último ciclo de características rurais na Baixada. Juntando a grande oferta de espaço, a proximidade com a capital federal, a estrada de ferro, o clima favorável e o incentivo do governo, estava pronto o cenário ideal para a laranja tomar conta do mercado nacional e logo após o internacional.

A célula embrionária da cidade de Nova Iguaçu teve seu núcleo na citricultura. Os equipamentos que facilitaram a implantação de uma ocupação urbana foram gerados com recursos dos laranjais. Segundo Crivello:

“Entre os anos de 1930 e 1940, Nova Iguaçu passa por transformações consideráveis, entre elas a inauguração de catorze novas estradas, a tração elétrica da Estrada de Ferro

D. Pedro II, a criação do serviço de saneamento da Baixada Fluminense, a instalação da indústria secundária da citricultura, a construção de um hospital, a fundação das primeiras entidades de classe, a instalação de estabelecimentos bancários e industriais, a assinatura de contrato com o município para fornecimento de energia elétrica e a existência de cinco cartórios no município, em 1935. Nesse mesmo período, a convite da Associação de fruticultores, o município recebe a visita de representantes dos governos federal e estadual, entre eles o chefe do governo provisório Getúlio Vargas, e o ministro da agricultura Odilon Braga.”²⁴

No auge da produção do cítrico, Nova Iguaçu chegou a atrair um número considerável de pessoas em busca de trabalho e melhores condições de vida, Rodrigues ao analisar os dados do censo de 1920 e 1940 comenta: *“Nova Iguaçu foi o que teve maior aumento absoluto dentro do estado, saltando de 33.396 habitantes em 1920 para 140.606 habitantes em 1940”*.²⁵ Todo o movimento de migração foi gerado por condições propícias que estão diretamente relacionadas ao plantio do produto.

“O plantio da laranja em escala comercial exigiu uma infra-estrutura própria que ia desde a fabricação de caixas, o transporte até o tratamento e acondicionamento, fazendo com se gerassem empregos especializados na região. Nova Iguaçu tornara-se então “o novo eldorado” e atraía gente de todo país.”²⁶

Conforme já dissemos este foi o último ciclo agrícola da cidade de Nova Iguaçu com seu auge destacado pelo autor entre os anos de 1920 e 1940. Daí em diante sua decadência foi acelerada pelos seguintes fatores: a Segunda Guerra Mundial isolou os maiores importadores do fruto, a ausência de locais adequados para armazená-lo levou a perda da produção ainda no pé e uma crise interna de combustível que dificultou o transporte rodoviário. Juntas essas condições conduziram ao apodrecimento da laranja que não foi colhida, atraindo assim pragas que comprometeram definitivamente a produção. A decadência da citricultura promoveu a redivisão das terras do território.

2.1 Sociedade iguaçuana

A transformação da sociedade iguaçuana esteve intimamente ligada a exploração econômica da região. Com o declínio do café e da cana de açúcar no cenário internacional foi substituída também a estrutura social sustentada por essa realidade, surgindo então novos atores no ambiente social do município.

Dentre estes atores estavam os grandes proprietários de terras *“Após a instituição das sesmarias na região, e o estabelecimento de engenhos e plantações nos*

²⁴ Crivello, 2010, p.631.

²⁵ Rodrigues, 2006, p.42.

²⁶ Ibidem, p. 40.

vales, os senhores de engenho mandavam e desmandavam em seus territórios sobre a bugraria e os escravos...”²⁷ Em 1833 ao ser reconhecido como município, sua sede, a Vila Iguassu passaria a ter vários aparelhos administrativos que foram ocupados pelos grandes proprietários rurais. Segundo Alves foi

“A partir dessa quadra, “a nobiliarquia dos grandes proprietários”... passou a interferir diretamente na escolha dos administradores, na organização das câmaras, na concessão dos títulos de nobreza e na influência dos postos políticos. Foi no curso de tal processo que se estabeleceram “as raízes de um coronelismo poderoso”, capaz de se renovar e se perpetuar ao longo da história da Baixada.”²⁸

Como foi descrito no capítulo anterior, as dificuldades que atingiram a economia fluminense (abolição, falta de avanços tecnológicos, etc.) no caso da Vila de Iguassu foram acrescidos pelo recrudescimento das doenças e da inauguração da estrada de ferro, que culminaram com a transferência da sede da Vila para Maxambomba, estação ferroviária, reorganizando a sociedade local.

“Assim como a cana de açúcar teve a ajuda dos rios, e o café o das estradas, a laranja teve os trilhos férreos cortando Maxambomba, de Mesquita a Queimados. Laranjais substituíram os antigos cafezais e canaviais, os laranjeiros substituíram os barões e oficiais da Guarda Nacional, os bangalôs e barracões de beneficiamento de frutos substituíram as casas das fazendas e senzalas. Maxambomba já era sede do município, e a sociedade abandonara os salões à luz de vela e gás para se esparramar pelos clubes iluminados a luz elétrica, com seus bailes e orquestras.”²⁹

Fazendo uso das terras e das fazendas abandonadas, a estrutura criada pelos “pomos de ouro” desenvolveria uma nova hierarquia social na cidade de Nova Iguassu: o proprietário, chacareiro arrendatário, o meeiro, o lavrador assalariado permanente e temporário, e os especuladores. A alta do preço no mercado proporcionada pela qualidade do fruto iguaçuano fez da busca por locais para o plantio o estímulo para a subdivisão das grandes propriedades. Essa nova fase potencializou o fracionamento de terras como um bom negócio, aumentando 213 para 1451 as plantações com até 40 hectares e reduzindo de 38 para 18 o número de fazendas com mais de 200 hectares em 20 anos no município.³⁰ Com a situação favorável e tentando reanimar a chamada vocação agrícola do estado, foram oferecidos incentivos do governo, revertendo os impostos gerados pela exportação do fruto em investimento na estrutura do próprio local de origem, conforme nos informa a Ata de Reunião da Câmara dos Vereadores do município de Iguassu:

²⁷ Baía, 2006, p. 19.

²⁸ Alves, 2003, p. 34.

²⁹ Ibidem, p. 8 e 9.

³⁰ Segadas, 1962, p. 206.

“Artigo 1º Fica creado, a partir de 1º de julho vindouro, o imposto de (\$004) quatro reis por quilograma bruto de laranjas apresentadas a despacho, com destino a ? situados fora do Municipio. Artigo 2º a arrecadação desse imposto será escripturada, separadamente e terá a applicação exclusiva na conservação e abertura de estradas de rodagem das zonas de produção desses fructos. ... Artigo4º Fica o S. Prefeito autorizado a entrar em negociações com as estradas de ferro e empresas de transporte, sobre o modo de cobrança deste imposto. Artigo 5º Ficam abertos os creditos necessários a execução da presente lei.”³¹

Assim surgiu uma elite social chamada de “laranjeiros”, aqueles que dominaram o beneficiamento e a comercialização do cítrico, membros da antiga sociedade local ou investidores atraídos pelo “perfume” dos lucros dos laranjais, eram pessoas advindas da Europa, principalmente italianos.

Junto aos proprietários e devido ao já visto parcelamento de terras, houve um aumento na população com a transferência para o Eldorado Fluminense de um enorme contingente humano tanto nacional como estrangeiro, principalmente advindos de Portugal, trazidos por parente enriquecidos com os laranjais. A citricultura foi o combustível para o rápido surgimento de fortunas em Nova Iguaçu, gerando prosperidade e oportunidade de trabalho. Esse aumento de contingente acabou por transformar a sociedade iguaçuana.

Como resultado do surgimento de vários atores sociais criou-se também novas necessidades de entidades de representação. A mais proeminente teve como seu presidente Herculano de Matos e foi fundada em 1923 sob o nome de Sindicato Agrícola de Iguaçu.³² O principal objetivo desse Sindicato era garantir as reivindicações de plantadores e exportadores na busca por melhores lucros e condições para produzir e comercializar os frutos, tanto no mercado nacional como no internacional. Essas questões foram tão relevantes que ganharam voz na pessoa do prefeito Dr. Octavio Ascali em uma mensagem enviada a Câmara,

“O Municipio de Iguassu, de dia a dia, prospera e sobe de importância. Sua fortuna particular augmenta pelo valor crescente de suas propriedades, principalmente agrícolas, e pela sua produção... Há necessidade, a par deste desenvolvimento, que o governo local também trabalhe, provendo os reclames do progresso... e iniciem obras que atendam, nas sedes districtaes: a salubridade, conforto e algum aformoseamento; e nas zonas suburbanas: ao bem, suave e fácil transporte dos productos. A produção já não nos pertence, atravessou os limites do Municipio, do Estado e mesmo da Nação, servindo ella para prover os mercados estrangeiros, como a laranja, que honra o nome Brasileiro e que em pouco tempo tornará o Municipio de Iguassu em New-Orleans brasileira.”³³

³¹ Ata de Reunião da Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu, sessão extraordinária realizada em 24 de julho de 1924.

³² Pereira, 1977, p. 123.

³³ Ata de Reunião da Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu, sessão extraordinária realizada em 17 de junho de 1924.

Segundo Pereira (1977), em 1924 o Sindicato Agrícola de Iguazu mudaria de nome para Associação dos Fruticultores de Nova Iguazu, contudo não houve mudança em sua estrutura administrativa. O mesmo aconteceu em 1939 quando a Associação dos Fruticultores é transmutada em Associação Rural de Nova Iguazu. Foram criados também o Iguazu Futebol Clube (1912), a Prefeitura (1919), além da troca de nome de Maxambomba para Nova Iguassu (1916), e a construção do Hospital Iguassu (1930). Enfim “... *fortunas que surgiam rapidamente, ligadas, principalmente, ao beneficiamento e à exportação da laranja...*”³⁴.

A monocultura da laranja teve seu desenvolvimento e apogeu no período compreendido entre 1920 e 1940. Em função do crescimento da lavoura, a população teve seu número quase triplicado e isso ocorreu devido à multiplicação de propriedades citricultoras; o aumento populacional na área rural foi resultado do fluxo de mão de obra para o cultivo do fruto. O plantio era realizado em chácaras que ocupavam a área de quatro antigas fazendas: Madureira, Morro Agudo, Tinguá e São José, que se fragmentaram nas inúmeras chácaras que se estabeleceram na região, conforme nos diz Segadas Soares:

“Fracionamento intenso da terra, afluxo de população para a zona rural, laranjais que se multiplicavam cada vez mais, fortunas que surgiam rapidamente, ligadas, principalmente, ao beneficiamento e à exportação da laranja, tudo, enfim, representava riqueza para uns, prosperidade para outros, trabalho para muitos. Ano para ano, crescia, em grandes proporções, a área ocupada pelos laranjais”.³⁵

O município devido a sua conformação geográfica era propício a laranja, pois o cultivo de sua árvore necessitava de um solo seco, e as encostas íngremes da Serra da Madureira proporcionavam um escoamento natural da água – não permitindo o encharcamento do solo – além das condições de insolação que beneficiavam a sua cultura. Com o grande avanço da citricultura e os lucros devido à exportação, o plantio passou também a ser realizado em planícies, onde os agricultores abriam valetas para o escoamento da água. Mediante a este avanço a cidade de Nova Iguassu tornou-se “*principal centro de beneficiamento da laranja e a de ponto de embarque da maior parte da produção citrícola*”³⁶

“Só no exercício de 1931, foram entregues ao trânsito público quatorze estradas de rodagem numa extensão aproximada de 90 quilômetros e grande atenção foi dedicada à organização de um bom serviço de conservação das mesmas. Gradualmente se constituiu, pois, no município, uma intrincada rede de estradas, fruto não só da ação

³⁴ Segadas, 1962, p. 207.

³⁵ Ibidem, p.207.

³⁶ Ibidem, p. 207.

municipal, como também da iniciativa privada, e, através dessa rede escoava-se para Nova Iguaçu a produção das diversas áreas citricolas”.³⁷

No ápice da citricultura na década de 1930, a cidade de Nova Iguaçu se firmava como importante “*entrepasto da laranja e administrativo de um município amplo e diversificado*”³⁸ e todo seu desenvolvimento se concentrava no comércio e em uma rede de serviços para atender as necessidades do desenvolvimento da citricultura.

Em 1932 o distrito sede de Nova Iguaçu era a principal região citrícola dentro do município, que também tinha a função de centro comercial que servia para atender aqueles que não moravam na cidade gerando uma relação íntima entre o núcleo urbano e o meio rural circundante.

“Uma análise cuidadosa da relação de contribuintes do imposto de indústrias profissões, dois anos depois, isto é, em 1934, mostra-nos que, nesse ano, só a cidade de Nova Iguaçu já possuía 267 estabelecimentos comerciais. (...) Finalmente, a existência em Nova Iguaçu de cinco depósitos (açúcar, bebidas, carvão, cigarros e álcool) estava ligada ao seu papel de centro distribuidor dessas mercadorias de primeira necessidade às pequenas vendas do meio rural”.³⁹

As centenas de milhares de pomos de ouro faziam reluzir uma sociedade que florescia juntamente com cada nova colheita.

“Já em 1927, o município de Nova Iguaçu exportava 46 milhões de laranjas para o Rio de Janeiro e 10 milhões para a Europa, encaminhando-se, também, uma parte da produção para os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Em 1931, foram exportados pelo porto do Rio de Janeiro, 1.281.461 caixas de laranjas, das quais 700.181 eram procedentes das seguintes zonas de Iguaçu: Nova Iguaçu: 318.641; Morro Agudo: 159.137; Cabuçu: 70.623; Austin: 57.234. O número de citricultores recenseados pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola atingia nessa data 885, assim divididos: Nova Iguaçu: 330, com 1.363.174 laranjeiras; Morro Agudo: 163, com 689.150 laranjeiras; Cabuçu: 64, com 349.360 laranjeiras; Mesquita: 145, com 352.560; Austin: 76, com 289.510; Nilópolis: 25, com 55.700 laranjeiras; Belford Roxo: 23, com 54.570. O maior número de laranjeiras estava nas mãos das Fazendas Reunidas Normândia que possuíam 82.000 pés, em Cabuçu e de Antonio de Oliveira e Irmãos, com 75.000, em Nova Iguaçu, em terras da Santa Casa.”⁴⁰

Ironicamente, em meio ao seu momento de maior produtividade, registrado entre 1939/1940, explodiu a Segunda Guerra Mundial, agravando fulminantemente os problemas já enfrentados pelos produtores, como a praga da mosca do mediterrâneo. Verdadeiras fortunas foram deixadas para apodrecer nos pés de laranjas não colhidos e para tentar minimizar as perdas os proprietários, desamparados pelo governo federal, parcelaram e venderam suas terras, não raros casos, a longos prazos de pagamento.

³⁷ Ibidem, p. 208.

³⁸ Ibidem, p. 210.

³⁹ Ibidem, p. 211.

⁴⁰ Ibidem, p. 212.

Concluiu-se assim o último ciclo rural da região de Nova Iguassu que agora veria toda sua realidade socioeconômica alterada pelo declínio da citricultura, pela chegada de imigrantes fugindo do conflito mundial e pelo fracionamento de suas terras.

“O extenso território que compunha Iguassú, com seus 1489 km² até 1943, já não era o mesmo. A população pequena do início da década de 30, em torno de 51 mil habitantes, com uma densidade de 29 habitantes por km², já conta em meados da década de 1940 com uma população estimada em 300 mil habitantes”.⁴¹

As antigas chácaras foram subdivididas para abrigar os que afluíram para o município, atraídos pelos loteamentos baratos e a facilidade de autoconstrução. As emancipações iriam reduzir a menos da metade a extensão de Nova Iguassu, mas não a sua centralidade dentro da Baixada Fluminense.

Enquanto a economia do distrito sede de Nova Iguassu manteve a sua base agrária durante todo o período estudado, Pilar e Merity tinham desde o início do século XX, outra dinâmica de ocupação. Merity era uma faixa do município iguaçuano que estava relativamente próximo a capital federal e teve a sua distância reduzida pela via férrea Leopoldina e a rodovia Rio-Petropolis. Com a demanda por terrenos para a moradia essa faixa foi rapidamente ocupada pela população que se deslocava do distrito federal. Essa mudança permitiu a construção de uma estrutura e uma economia de base urbana em um município politicamente administrado por uma elite rural. Seria essa incompatibilidade que levaria Merity a se emancipar

⁴¹Torres, 2007, p. 2.

CAPITULO III

O correio da lavoura e a emancipação de Caxias

A pequena Merity, estação ferroviária do ramal da Leopoldina era um lugar esquecido que fazia parte do município de Nova Iguaçu (ou Iguassu). Esse município tinha como sede a cidade do mesmo nome, comandada por uma elite rural que se concentrava espacialmente em Nova Iguaçu, que vivia da grande produção, beneficiamento e exportação de laranjas. Este município até o ano de 1930 era dividido em sete distritos, entre eles estava Vila Merity. Em 1931, um político Iguaçuano chamado Manoel Reis propôs ao então interventor Federal Plínio Casado dar uma nova configuração ao município de Iguaçu, desmembrando Merity de Vila Merity e trocando seu nome para Caxias, que a partir de então se tornaria o oitavo distrito.

O processo de emancipação de Caxias, isto é, a constituição do município, pode ser pensada em seis momentos. O primeiro deles é o emblemático fato registrado como “A mudança de placa”, em 06 de outubro de 1930. No dia citado um comerciante do lugar, conhecido como “Machadinho”, que havia mandado fazer uma placa com o novo nome, foi até a estação retirou a placa com o nome de Merity e em seu lugar colocou a nova com a denominação Caxias.

Esse evento marcou o momento inicial de explicitação de um desejo há muito reprimido, onde figuras de liderança local apareceram mostrando a necessidade de ver seu espaço redefinido de acordo com as transformações pelas quais a localidade havia passado, revelando o distanciamento da economia rural de Nova Iguaçu, da crescente ocupação urbana e do desenvolvimento de um grupo ligado ao comércio local. O movimento cujo objetivo inicial era o reconhecimento dessas transformações, buscava também investimentos municipais visando o beneficiamento de Caxias, até então distrito de Nova Iguaçu.

A mudança de placa revela também a luta pela transformação da imagem do lugar, visto então como foco de doença e atraso. Desta forma podemos entender o fato de que mesmo ausente no discurso inicial de políticos, comerciantes e figuras proeminentes do local que mais adiante fundariam a UPC (União Popular Caxiense) e a ACC (Associação Comercial de Caxias), a semente do anseio separatista já estava lançada.

O distrito de Merity passaria a ser ocupado com maior intensidade em função da escassez de terras para o assentamento urbano dentro do Distrito Federal. O Recôncavo passaria a ser procurado, fazendo com que o governo federal decidisse fazer uma série de investimentos visando o saneamento das terras alagadas em lugares mais afastados da Guanabara. Como resultado destas intervenções, que tinham naquele momento o principal objetivo de criar um cinturão verde para plantio, fornecendo a capital federal tanto terras para o cultivo de grãos como o fornecimento de água, fizeram surgir terras aptas a serem ocupadas.

Até meados do século XIX, todo o Recôncavo Guanabarino era cortado por rios, estes eram utilizados como principal via de transporte de mercadorias até a baía de Guanabara, desenvolvendo ao seu redor vilas que, após a inauguração da estrada de ferro viram transferidas sua dinâmica para o entorno das estações, inaugurada em seu primeiro trecho em 1858. A estação ferroviária formaria em seu raio de ação, um conjunto de estruturas interdepende deste transporte, que primeiro foi utilizado somente para carga e aos poucos, conforme o aumento do uso pela população e na ausência de um meio de transporte mais eficaz, esse foi incorporado como importante recurso de circulação, inclusive para chegar mais rápido à capital federal.

É sob a ótica da importância da estação ferroviária que deve ser visto a ousadia do ato da mudança de placa e como este poderia gerar algum conflito, caso houvesse resistência dos operadores da ferrovia ou mesmo de forças do então distrito sede. Fato que comprova esta informação nos é fornecido por Ferreira quando afirma: *“Não houve registro de conflito durante a troca da placa, mas por precaução Machado foi acompanhado dos senhores Jaime Fischer, Oswaldo Gamboa, Américo Soares e Francisco Azevedo .”*⁴² A concessionária responsável pela ferrovia reconheceu o novo nome, invocando um lugar bem distante da estação, a fazenda onde nasceu o herói militar Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias).

O segundo momento refere-se ao ato de criação do Distrito de Caxias. Cinco meses depois, em 14 de março de 1931, o interventor Plínio Casado instituiu o 8º distrito de Nova Iguaçu, com a sede próxima a estação. Desta forma estava criada a nova identidade nominal de Merity, que se transmutara em Caxias. Contudo, as dificuldades geradas pelo envio de recursos angariados no distrito e aplicados na sede Nova Iguaçu não foram resolvidas, aliás, esse era a maior problema, já que Caxias era

⁴² Ferreira: 2012, p.34

uma área em processo de ocupação urbana, mas sem urbanização, e era governada por um grupo identificado com a economia da citricultura, ou seja, rural. Com uma profunda crise de infraestrutura, sem água, sem luz e sem sistema de esgoto, o crescimento de Caxias era a marca do descaso de sua “madrasta”, o distrito sede de Nova Iguassu.

Com o aumento da população, atraída pelos lotes vendidos a prazos longos, com autoconstrução e na recente mobilidade fornecida pela Rio-Petrópolis e pelo ramal ferroviário, o distrito passaria a ter nomes mais fortes ligados ao comércio (desenvolvido pelo fluxo de pessoas) e ao mercado imobiliário (venda dos lotes), além de profissionais liberais (médicos, advogados, etc). Num movimento que tinha o objetivo de suprir as necessidades não satisfeitas por sua sede Nova Iguassu, surgiria em 1933 a UPC (União Popular Caxiense) e em 1937 a ACC (Associação Comercial de Caxias). Mesmo que o debate inicial no interior destas associações não faça registro a um pensamento emancipacionista, a força da insatisfação, o sentimento de abandono e descaso, agravados principalmente pela aplicação dos recursos gerados pela laranja concentrados na sede e não retorno dos recursos dos impostos em forma de benefícios, não demorou a trazer o tema da separação ao seio da União.

A criação das duas associações marcaria o terceiro momento do processo de emancipação justamente por fazer que o grupo dominante de Caxias, apesar de heterogêneo se reunisse em torno de uma bandeira comum: a denuncia contra a falta de investimento no lugar, apesar do ritmo acelerado de crescimento.

Essa mesma elite comercial envolvida na fundação destas associações, anos mais tarde, em 25 de julho 1940, produziria um documento chamado por Simões ⁴³de “prodivisão do município de Nova Iguaçu”. A confecção desse documento trouxe uma reação inesperada do interventor Federal Amaral Peixoto, que chegou a resultar a abertura de um processo no Tribunal de Segurança Nacional e prisão de alguns membros da UPC. Chegaram a ser indiciados no processo Sylvio Goulart, Rufino Gomes Jr., Amadeu Lanzeloti, Joaquim Linhares, José Basílio da Silva, Antonio Moreira de Carvalho, Luis Antonio Felix, Mario Pina Cabral, Ramiro Gonçalves, Costa Maia e Abílio Teixeira. Fato relevante é que um dos indiciados, Sylvio Goulart, teve seu jornal "A Voz do Povo de Caxias" fechado. Os ânimos foram acalmados mediante a intervenção de políticos e figuras proeminente de Caxias como Tenório Cavalcante e o

⁴³ Simões, 2007, p.146.

Juiz Pinaud. Com uma resposta considerada desproporcional ao manifesto e temendo novas represálias o tema foi momentaneamente engavetado.

Esse quarto momento, já em pleno Estado Novo representou a primeira ação organizada em prol da emancipação. *“Embora o manifesto não pregasse a criação do município de Caxias, tivesse a Vila Merity como local de elaboração e apenas sugeriu uma aceleração dos projetos de revisão da divisão territorial do estado do Rio que estavam em curso, estava clara a participação dos membros da UCP no processo”*.⁴⁴

O quinto momento refere-se à instalação da Fábrica Nacional de Motores, em 1943 no distrito de Xerem. Esta instalação ratificou a vocação industrial da região de Duque de Caxias em detrimento da economia agrícola do distrito sede. Nesse momento Caxias contava como o Ramal do Rio D’ouro e com a Rio-Petrópolis fazendo a ligação relativamente rápida com o distrito federal. Com dinâmicas econômicas diferentes, o distrito sede e Caxias estavam distantes em termos de demanda política, principalmente porque a elite política municipal estava atrelada à citricultura. Sendo assim Nova Iguassu não apresentava as condições para administrar a nova realidade que se apresentava com a instalação da Fábrica, o que não acontecia com Caxias. Desta forma a administração da Fábrica é delegada ao oitavo distrito aumentando sua força.

Esse quinto momento seria fruto da atuação do governo federal, que ratificaria a dinâmica urbana industrial de Caxias, enquanto em nível municipal, em função da Segunda Guerra a elite agrária se desestabilizava. O fim citricultura representou para o município o enfraquecimento de um grupo que até então controlava a política local.

A Segunda Guerra viria minar a hegemonia política do distrito sede, na medida em que o conflito fez despencar as exportações da laranja no mercado internacional. A política de subsidio praticada desde as décadas anteriores fez crescer o número de investidores no mercado da produção do fruto “in natura” para exportação, mas isso não refletiu na busca de novas tecnologias de aproveitamento da laranja. Uma vez que se estabelece a queda devido a ausência de recursos externos para importar do Brasil um produto que não está na base de subsistência da população, o fruto apodreceu no pé. Sem colheita, a laranja se decompõe e atrai a temida mosca do mediterrâneo que danifica permanentemente o fruto e sua produção posterior.

No campo político o interventor Federal Amaral Peixoto fez questão de expressar constantes demonstrações de autoridade, independência e força, nomeando

⁴⁴ Simões, 2007, pg.147.

para o distrito de Caxias inimigos políticos ou simplesmente “estrangeiros” para cargos de relevância, com o intento de frear o poder de uma elite política já estabelecida no distrito.

Simões nos traz a interpretação de que o ato de Amaral Peixoto, no último dia de 1943, seria um desejo de centralização de poder do estado e de maior acesso ao controle de elites locais. De fato esta tese pode ser balizada tendo em vista que após a assinatura do decreto o interventor comissionou figuras antagônicas e distantes de Caxias como o prefeito-interventor, juízes e delegados que não tinham nenhuma ligação com Nova Iguassu ou Caxias. O interessante é que esta mesma postura do interventor geraria mais problemas que anteriormente quando o distrito fazia parte de Nova Iguassu. A resistência oferecida tanto por Tenório Cavalcante, tanto pelos próprios aliados do interventor, gerou um saldo de conflito pessoal entre Tenório e Amaral Peixoto até o golpe de 1964.

Caxias finalmente alcançaria, por força de decreto 1055 do dia 31 de dezembro de 1943, o status de município. Esse último momento coroaria o longo processo que se iniciou com a mudança de placa. O Decreto de emancipação marcaria o ato final de um processo, e ainda que não deva ser visto de forma linear, pode ser pensado em seis momentos, cujo ápice foi a assinatura do interventor.

3.1 O Periódico Correio de Lavoura de Nova Iguaçu

O Correio da Lavoura é um semanário que começou a circular a partir de 22 de março de 1917, foi fundado a partir da compra um jornal local chamado “O Iguassú”. Suas edições eram inicialmente publicadas as quintas feiras com exceção do dia corrente em que caísse o seu aniversário anual. Era composto de quatro páginas, também com exceção do dia da publicação de aniversário que nas primeiras décadas podia chegar a doze páginas. Em sua primeira edição, teve seu objetivo explicitado por seu diretor proprietário Silvino de Azeredo:

“Concorrer,... cheio de boa vontade para o progresso intelectual, moral e material deste município, de cujo alto interesse... tornará valente defensor”. “Manifestando- se com critério sobre todos os assumptos de interesse público”. “Será um jornal sério, próprio para o interior, adequado aos pequenos povoados, que vivem em família”⁴⁵

⁴⁵ Correio da Lavoura 22/03/1917.

Dentre os colunistas que escreviam para o jornal em suas edições iniciais estava, além de seu proprietário, o Doutor Marques Canário, que assinava a coluna de “conselhos úteis para a saúde”, Alfredo Jardim, assinando vários artigos sobre variados assuntos e a partir de edição 24 entrava em cena Eugenio Rio sobre o pseudônimo de Helios. Mas todos que tivessem o interesse de ver algo publicado eram incentivados pela direção do jornal a levar seu material a sua redação desde que se mantivessem dentro das “normas de imprensa seria, que deve ter por lemma a honra, a verdade e a sã justiça”⁴⁶ e todos os artigos enviados para a Sessão do Público deveriam vir assinados pelos autores nos originais. Possuía também assinantes antigos que foram abarcados a partir da compra do jornal “O Iguassú” e que continuaram a ser atendidos pelo Correio, como compromisso assumido na compra: “A direção desta folha, faz público, que assumiu a responsabilidade de fazer a remessa deste jornal em continuação aos ns. d’ O Iguassú salvando dest’arte os interesses dos seus inúmeros assignantes”.⁴⁷

Também novos assinantes eram sempre buscados:

“Assignar o jornal da terra em que se vive, é trabalhar em prol do progresso dessa mesma terra”⁴⁸; “Quereis prestar um optimo e excelente serviço ao “Correio da Lavoura”? Fazei inscrever os vossos amigos no numero de seus assignantes e interessai-vos sempre pela sua maior divulgação”⁴⁹.

Em suas edições iniciais continha também a coluna “Como fomos recebidos”, que descrevia a visita de pessoas ilustres da sociedade local à redação. A coluna “Vida Social”, que permanece até hoje sendo publicada, se organiza em torno de informações de datas comemorativas, festa religiosas, missas, casamentos, nascimentos, aniversário de membros da sociedade local, além de informar mortes e viagem de partidas ou chegada ao município de Nova Iguassu. Através da leitura desta coluna é possível conhecer e acompanhar a vida social do distrito sede de Nova Iguazu e não de Caxias.

As duas últimas páginas do jornal eram dedicadas aos anúncios de profissionais liberais, venda de terrenos, farmácias, açougues, materiais de construção. Os dois maiores anúncios nas sete primeiras edições foram de Ludolf & Ludolf, materiais de construção e colchões Hygiênico. Em formato menor, mas também se repetindo nessas edições estavam os anúncios: Açougue União; Cerraria Movid a eletricidade; Café Recreio; Casa Estrela de Ouro (Agência Lotérica); Padaria e Confeitaria Santo Antônio;

⁴⁶ Correio da Lavoura 22/03/1917.

⁴⁷ Ibidem 22/03/1917.

⁴⁸ Ibidem, 28/03/1929.

⁴⁹ Ibidem, 01/04/26.

Salão Brazil; Serralheria Maxambomba e Casa Civil e Militar (Alfaiataria e chapelaria). Ao longo dos anos este formato permanece e as últimas páginas até hoje continua sendo dedicadas a anunciantes, ainda que algumas vezes mescladas com notícias.

O Correio também continha pequenos trechos de contos publicados como capítulos de novela, tal como outros jornais do mesmo período.

3.2 O Correio e a Merity

Podemos observar a irrelevância do lugar chamado Merity para sua sede, também pela ausência de informações no Correio da Lavoura. Bom exemplo é o fato ousado e sem precedentes como foi a “mudança de placa”. Não houve qualquer nota do jornal a esse respeito.

Quando o distrito é criado alguns meses depois do evento da placa, novamente não há nenhum comentário sobre antecedentes dando a entender que essa criação foi um ato unilateral do sr. Interventor, como podemos observar na notícia publicada no dia 22 de março de 1931:

“Foi creado o Districto de Caxias neste município”

“ Creado o novo districto de Caxias, neste município, o sr. Interventor deste estado, sábado ultimo, 14 do corrente, baixou o seguinte decreto:

Art. 1º. Fica creado no município de Iguassú o 8º districto, com território desmembrado de 4º distrito, e cujas divisões serão: ao norte, o rio Sapucahy; a leste, a baía de Guanabara; ao sul, o rio Merity e a oeste, a linha de transmissão da The Rio de Janeiro Tranway Light and Power Company, Limited, que o separará do 4º districto.

Art. 2º. A sede do novo districto será o povoado da estação de Merity, da Leopoldina Railway, o qual passará a denominar-se CAXIAS, em homenagem ao Marechal Duque de Caxias, nascido no município de Iguassú, ficando revogadas as disposições em contrário.”⁵⁰

A criação do distrito foi noticiada sem nenhum destaque visto que estava localizada no canto direito da pagina dois, abaixo do anuncio médico, do Dr. Eurico Costa e ao lado do anuncio da Junta de Alistamento Militar. O município de Iguassú possuía até então somente sete distritos e a criação de outro deveria ter chamado atenção, caso Vila Merity, distrito ao qual pertencia a estação ferroviária de Merity, fosse considerada um local de relevância para a sede. Outra observação é que se cria o distrito, muda-se o nome e se redefine o quarto distrito tudo junto de uma única vez e a publicação em si parece dar conta em seu minúsculo espaço a todas as questões. Deixando claro se tratar de um processo de desmembramento e reorganização espacial

⁵⁰ Correio da Lavoura 22/03/31.

que não traria a menor alteração na vida da sede, em nenhuma instância seja ela política, social ou econômica.

No ato do manifesto e com relação ao processo pelo qual responderam figuras proeminentes do município é mais simples compreender a lacuna de notícias do jornal, uma vez que a notificação da abertura de um inquérito no Tribunal de Segurança Nacional poderia trazer complicações devido ao ambiente do Estado Novo e suas repressões, típicas do período.

A notícia de maior vulto sobre Caxias no Correio da Lavoura ocorreria na edição 09 de janeiro de 44:

“Município de Duque de Caxias”

Instalada solenemente a sede do novo município fluminense.

“A 1º do corrente, o distrito de Caxias elevou-se a município do Duque de Caxias, por força da nova divisão administrativa do país.

Assim é que, as 15 hs., na Agencia da Prefeitura, realizou-se a solenidade de lavratura do ato que fixou a sede do Município do Duque de Caxias e da posse do prefeito interino, sr. Homero Lara, presidido pelo juiz de direito, dr. Luiz Miguel Pinaud, tendo como secretario da mesa o cap. Paulino Barbosa.

Após a abertura da solenidade, foi dada a palavra ao orador oficial, sr. Gastão Reis, que se referiu a significação do Dia do Município e a instituição daquela nova entidade administrativa do Estado.

A convite do sr. Juiz de Direito, fizeram parte da mesa os srs. Homero Lara, Francisco Baldassarini, Rui Berçot de Matos, representando o sr. Prefeito deste Município, Gastão Reis e Tenório Cavalcante.

Depois de lida, a ata recebeu a assinatura de todas as pessoas presentes à solenidade.”⁵¹

Neste caso, a primeira frase é muito interessante, “por força da nova divisão administrativa do país”. Segundo a notícia, a única força é a do estado representado pelo interventor. O periódico no período estudado também publicava as algumas Atas de Reunião da Câmara Municipal de Iguassu, mas infelizmente não temos como saber se a noticia reproduz uma destas Atas uma vez que só existem atualmente registro de Atas até 21 de maio de 1937, só retornando em 1947. Fato é que Correio da Lavoura era um importante veículo de informação da vida local, mas este local não significava todo o município posto que o jornal pouco fazia referência aos demais distritos, já que ele era basicamente informativo do distrito sede, repetindo na prática como a municipalidade agia em relação aos demais distritos do grande municípios.

3.3 O Correio e a emancipação de Caxias

⁵¹ Correio da Lavoura, 09/01/1944.

Ao observarmos o processo de emancipação do distrito de Caxias através do semanário Correio da Lavoura é difícil compreender a importância do distrito para sua sede, Nova Iguassu. Com sua economia no período totalmente voltada para a exportação de laranjas, que era comandada por uma elite rural radicada principalmente no entorno da estação, seja através de casa de comercio, do beneficiamento de seu produto ou mesmo moradia, seus arredores eram desprezados.

Caxias envolvida desde o início do século num processo de ocupação urbana tremendamente precária e sem a implantação de uma infraestrutura necessária, o distrito cresceria de forma desordenada, sem suporte administrativo e a mercê dos investimentos de seus próprios moradores. Como resultado deste processo podemos entender o desinteresse de Nova Iguassu em relação à Caxias nesse momento, lendo cada lacuna no Jornal Correio da Lavoura como uma referência a forma como o 8º distrito era visto ou despercebido por sua sede. Para a sede, Caxias era um distrito afastado, insalubre e distante de seus ideais rurais. Os recursos gerados naquele momento pela produção e o beneficiamento da laranja eram investidos na sede e seu entorno, os arrabaldes eram desprezados quase em que sua totalidade.

Apesar de não ter sua arrecadação ligada a citricultura o distrito contribuía enviando seus impostos da sede. Imposto este resultante em sua maioria do recolhimento valores feito durante a troca de titularidade de terrenos (ITBI), principal atividade de Caxias naquele momento. Inclusive é o envio destes recursos que não retornam em forma de benefícios como postos de saúde, água, sistema de esgoto e abertura de ruas, que geram o descontentamento e o desejo emancipacionista. Assim sendo, apontar esta mesma falta de percepção significa mostrar como o jornal reproduzia o olhar de uma elite rural afastada e pouco interessada nas demandas de Caxias e em seu crescente processo de ocupação urbana. Ou para citarmos Manoel Simões *“A fragmentação do território é um processo que reflete o desenvolvimento histórico, político e econômico de uma sociedade, e também é, em ultima instância uma organização territorial do poder que define “quem” manda até “onde”*.⁵²

⁵² Simões, 2007, p.134.

Considerações finais

No primeiro capítulo foi traçado um pequeno percurso sobre a história política e econômica do Estado do Rio de Janeiro e as conjunturas responsáveis pela chegada do Interventor Federal Ernani Amaral Peixoto a liderança.

No segundo capítulo foi examinada a organização político social do Município de Iguassu, ressaltando principalmente as novas configurações políticas advindas tanto do poder central como a dinâmica local do seu último ciclo rural, sendo também focalizado o processo da decadência da Cidade Perfume e sua transformação em estrutura urbana.

No terceiro capítulo foi analisada a relação da sede Nova Iguassu com e o seu quarto distrito Merity, bem como a transmutação deste em Duque de Caxias. A sua emancipação no espaço de 12 anos foi esmiuçada a partir das notícias do Periódico Correio da Lavoura.

Através da investigação é possível notar como o tabuleiro político foi montado e como se desenrolou o jogo que culminou na emancipação. Iguassu e depois Nova Iguassu com suas damas sincronizava seus movimentos e articulações necessárias ao ambiente político-econômico-social diretamente vinculado a sua realidade rural, enquanto Merity-Caxias no mesmo tabuleiro organizava um jogo de xadrez fazendo uso de uma estratégia bem diferente, já que sua dinâmica era fruto da ocupação urbana acelerada.

O momento em que o grupo político estava desarticulado em função do fim da citricultura podia ser a chance de aproveitar para desvincular-se de uma elite rural já sem força e desestabilizada, era a hora de domar a Rainha (Dama). A emancipação determinou a perda territorial e distanciou Nova Iguaçu de uma área com capacidade de urbanização e construção de estrutura urbana organizada, com vocação industrial, tornando-as rivais na região.

Os dois jogos utilizam tabuleiros iguais, mas o xadrez é mais complexo de jogar, pois ele tem peças variadas e cada tipo de peça faz um movimento específico. Já no jogo de damas, todas as peças são iguais e se movem da mesma forma. Assim podemos concluir que apesar do tabuleiro ser igual, a influência do poder central e a conjuntura do Estado Novo transformaram a dama em xadrez com os jogos diferentes. Nova Iguassu tinha a sua elite ocupando a política local e apoiada na riqueza da laranja, e de certa forma tinha adesão do governo federal quanto ao retorno à vocação do estado para

ser grande agroexportador, já Caxias já em processo acelerado de urbanização contava com o mesmo governo federal para ser contemplado com as políticas de industrialização. Nesse tabuleiro, a figura do interventor e o jogo do controle político no estado fizeram do processo de emancipação os próprios movimentos de xadrez. O Correio apenas descreveu o jogo (de dama) a que estava acostumado, daí o silêncio de todo o processo.

Segundo o IBGE a receita de Duque de Caxias em 2009 chegou a R\$1.202.828.842,06 com uma população estimada 2013 em 873.921, ocupando uma área 467,619 km² e com densidade demográfica de 1.828,51. Já a de Nova Iguaçu no mesmo ano tinha a receita de R\$745.179.311,68 com população estimada 2013 804.815, área de 521,247 (km²) e densidade demográfica de 1.527,60.⁵³. Os dois municípios hoje têm as duas centralidades urbanas na região, demonstrando uma das realidades mais frequente na Baixada Fluminense, o desenvolvimento e o acesso aos equipamentos urbano marcado pela desigualdade.

⁵³ www.cidades.ibge.gov.br, Acesso 02 de fevereiro de 2014.

Bibliografia

- ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ALVES, José Cláudio S. *Dos Barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.
- BAÍA, Paulo Rogério dos Santos. *A Tradição Reconfigurada: Mandonismo, Municipalismo e Poder Local no Município de Nilópolis e no Bairro da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. CPDA/UFRRJ, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, Maria Celina Soares D'; HIPOLITO, Lúcia; FLAKSMAM, Dora Rocha (orgs.). *Artes na Política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. (Coleção Brasil Século 20).
- CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor: 1937-1945*. Rio de Janeiro, CPDDC, 1992.
- CRIVELLO, Natalia. *Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu: testemunhos fotográficos de uma transformação urbana 1930-1940*. In: Anais do I Seminário Nacional Práticas Sociais, Narrativas Visuais, Relações de poder: Visões Contemporâneas. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010.
- DELGADO, Lucilia (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, vol. II.
- FERREIRA, Leandro de Paula. *"Próxima parada, Caxias"*. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2012, (Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História)
- FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, vol. I.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.
- LINHARES, Maria Yeda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento(1918-1974)*. Brasília, Binagri, 1979.
- PANDOLFI, Dulce. (orgs.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja*. RJ: FGV/SEEC, 1977.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2005 (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XXIV, N.0 2, 1962.

SOUZA, MarluCIA Santos de. *Escavando o Passado da Cidade: Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2002.

VERSIANI, Maria Helena. *O homem, a vida, é um capital também*. In X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

TORRES, Gênesis. *Arruda Negreiros: um construtor*. Disponível no site www.ipahb.com.br. Acesso 05/08/13

<http://pedacosdanossahistoria.blogspot.com.br/2005/12/duque-de-caxias-de-pequena-vila.html>. Acesso em 05/08/13.

www.cidades.ibge.gov.br, Acesso 02 de fevereiro de 2014.